



RESEARCH ARTICLE

O processo de pesquisa de um relatório diagnóstico sobre o Ensino Médio Integrado na ótica dos estudantes

Eloise Bocchese Garcez ^{a,1}, Luciana Neves Loponte ^{b,2}

(a) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense | Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul | Rio Grande do Sul, Brasil

(1) E-mail (Corresponding author): eloise.garcez@osorio.ifrs.edu.br

(b) Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense | Pelotas, Brasil

(2) E-mail: luloponte@gmail.com

História do artigo / Article history

Recebido: 12 agosto 2021 | Aceito: 02 janeiro 2022 | Publicado online: 21 março 2022.

© O(s) Autor(es) 2022 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



RESUMO

O presente artigo apresenta pesquisa realizada no mestrado do ProfEPT IFSul no *Campus* Charqueadas na qual buscou-se identificar como os estudantes dos cursos Técnicos Integrados em Administração e Informática do IFRS *Campus* Osório compreendem a proposta formativa do Ensino Médio Integrado, considerando os princípios que o orientam. A fundamentação teórica amparou-se em autores que analisam a relação trabalho e educação, nos sentidos histórico e ontológico, como Acácia Kuenzer, Dermeval Saviani, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, entre outros. O percurso metodológico consistiu de análise de documentos relativos à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da aplicação de um questionário escala do tipo Likert aos estudantes dos cursos Técnicos Integrados. O processo de pesquisa resultou no produto educacional denominado Relatório Diagnóstico do EMI do *Campus* Osório, cuja validação o sugere como uma estratégia de fortalecimento desta proposta educacional, no sentido de subsidiar e legitimar as práticas que envolvem sua materialização.

Palavras-chave: EMI. Estudantes. Relatório Diagnóstico.

ABSTRACT / RESUMEN

The research process of a diagnostic report on integrated high school from the perspective of students

Abstract: This article presents research carried out in the ProfEPT IFSul Master's Degree at Campus Charqueadas in which we sought to identify how the IFRS Campus Osório Integrated Technical Courses in Administration and Informatics students understand the Integrated High School formative proposal, considering the principles that guide you. The theoretical foundation was supported by authors who analyze the relationship between work and education, in the historical and ontological senses, such as Acácia Kuenzer, Dermeval Saviani, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, among others. The methodological approach consisted of analyzing documents related to High School Technical Professional Education and applying a Likert-type scale questionnaire to Integrated Technical courses students. The research process resulted in the educational product called Diagnosis Report of the EMI Campus Osório, whose validation suggests it as a strategy to strengthen this educational proposal, in the sense of subsidizing and legitimizing the practices that involve its materialization.

Keywords: EMI. Students. Diagnostic Report.

El proceso de investigación de un informe de diagnóstico de la escuela secundaria integrada desde la perspectiva de los estudiantes

Resumen: En este artículo se presenta una investigación realizada en la Maestría ProfEPT IFSul en el Campus Charqueadas en la que se buscó identificar cómo los estudiantes de los Cursos Técnicos Integrados en Administración e Informática del IFRS Campus Osório entienden la propuesta formativa de Escuela Secundaria Integrado, considerando los principios que lo guían. El fundamento teórico fue apoyado por autores que analizan la relación entre trabajo y educación, en el sentido histórico y ontológico, como Acácia Kuenzer, Dermeval Saviani, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, entre otros. El enfoque metodológico consistió en el análisis de documentos relacionados con la Educación Secundaria Técnica Profesional y en la aplicación de un cuestionario con escala tipo Likert a los alumnos de los cursos Técnicos Integrados. El proceso de investigación dio como resultado el producto educativo denominado Informe de Diagnóstico del EMI Campus Osório, cuya validación lo sugiere como una estrategia para fortalecer esta propuesta educativa, en el sentido de subsidiar y legitimar las prácticas que implican su materialización.

Palabras-clave: EMI. Estudiantes. Informe de diagnóstico.

Introdução

O presente trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada *O Ensino Médio Integrado no IFRS Campus Osório: relações entre concepções e práticas sob a ótica dos estudantes* (GARCEZ, 2020), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus Charqueadas* do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no período compreendido entre 2018/2 e 2020/1. Ao trazer como tema o

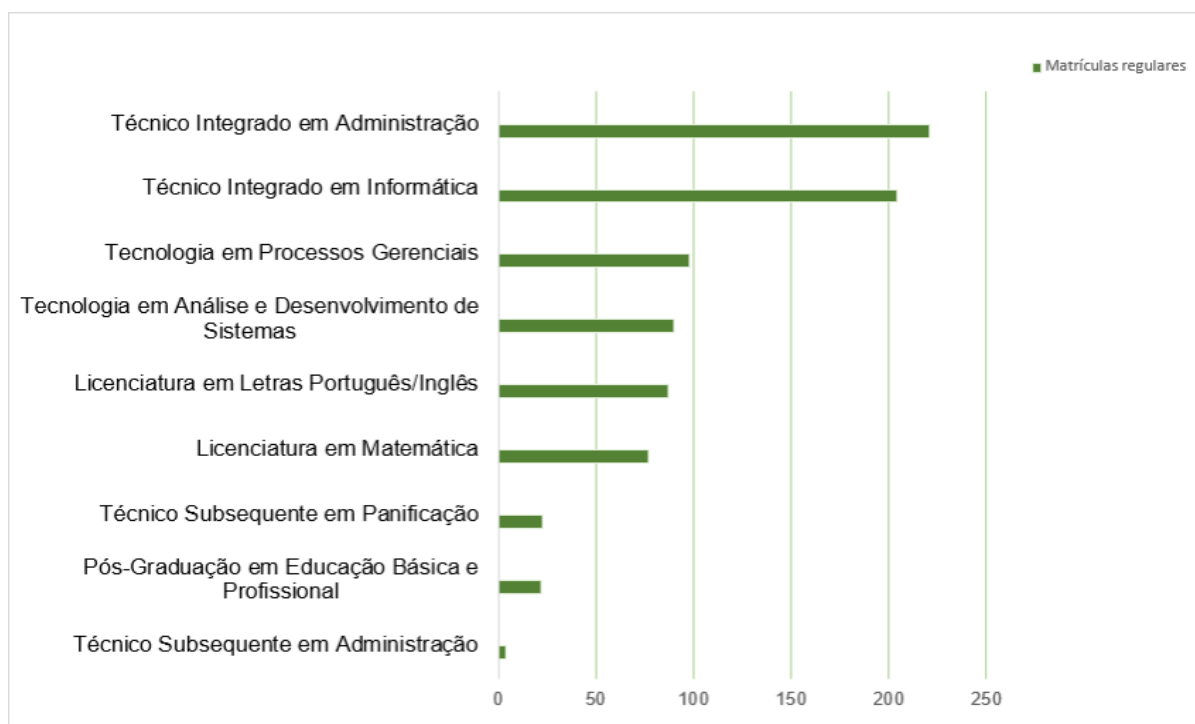
Ensino Médio Integrado, a pesquisa buscou identificar como os estudantes dos cursos Técnicos Integrados em Administração e Informática do IFRS *Campus Osório* compreendem esta proposta formativa, considerando os princípios e fundamentos que o orientam. O processo de pesquisa resultou no produto educacional denominado *Relatório Diagnóstico do Ensino Médio Integrado no IFRS Campus Osório*, configurando-se como um instrumento que visa subsidiar as ações que

envolvam o fortalecimento e materialização desta proposta formativa.

Nesse sentido, cabe destacar que o IFRS *Campus* Osório constitui um dos 17 campi do IFRS e suas atividades iniciaram em agosto de 2010. Atualmente, oferta os cursos de Administração e Informática, na modalidade integrado; Eventos, Panificação e Administração, na modalidade subsequente; Tecnólogos em Processos Gerenciais e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciaturas em Letras Português/Inglês e em Matemática e uma

Especialização em Educação Básica e Profissional. Ao considerarmos o Ensino Médio Integrado (EMI), cabe destacar que, na ocasião da pesquisa, das 826 matrículas regulares do *campus*, 425 eram referentes ao EMI, o que destaca a expressividade desta modalidade em número de matrículas (Tabela 1), fato também observado nos processos seletivos da instituição, com aumento progressivo do número de candidatos por vaga a cada oferta.

Tabela 1: Gráfico de barras com o número de matrículas regulares no IFRS *Campus* Osório, 2º semestre de 2019.



Fonte: Adaptado IFRS (2020).

Desse modo, o *Campus* encaminha-se na direção do que está previsto na lei N° 11.892/2008, a lei de criação dos Institutos Federais (IF's), que em seu Artigo 8º prevê a garantia de, no mínimo, 50% das suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, bem como para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008). Considerando o referido

cenário, no qual a pesquisadora ingressou em julho de 2013, em cargo Técnico-Administrativo em Educação e que desde então, vem atuando no setor pedagógico, em demandas que envolvem a gestão e desenvolvimento do Ensino Médio Integrado, o interesse pela temática foi potencializado pelo ingresso no ProfEPT, na tentativa de reconhecer esta proposta formativa, a partir da percepção dos estudantes e, nesse

panorama, dimensionar o quanto nossas práticas se aproximam das premissas previstas institucionalmente.

O aprofundamento dos estudos no referido programa de mestrado trouxe inúmeras reflexões, reafirmando o compromisso do EMI com a formação integral dos sujeitos, não subordinado às demandas pontuais exigidas pelo mercado de trabalho. E por este motivo, tão relevantes quanto às possíveis ameaças internas, como o desconhecimento da proposta, por exemplo, cabe destaque e atenção para as ameaças externas, políticas públicas educacionais e cortes orçamentários, que caminham no sentido de fragilizar esta proposta, como veremos adiante.

Fundamentação teórica

Considerar o Ensino Médio na perspectiva do que está previsto em seus documentos balizadores, é conceber uma formação que visa constituir os sujeitos em sua integralidade. Nesse sentido, integralidade pressupõe o trabalho como um princípio educativo, em seus sentidos histórico e ontológico, pois, como nos coloca Saviani (2003) o que define a existência humana é o trabalho, no qual, de acordo com a sua necessidade, a natureza é transformada. Ainda, o autor destaca que

Se o homem se constitui a partir do momento em que age sobre a natureza, adaptando-a a si, ajustando-a às suas necessidades (e ajustar às necessidades significa plasmar a matéria, a realidade, segundo uma intenção, segundo um objetivo, que é antecipado mentalmente), então o exercício da função intelectual já está presente nos trabalhos manuais os mais rudimentares, os mais primitivos (SAVIANI, 2003, p. 138).

A partir da percepção do trabalho no seu sentido ontológico, ampara-se o conceito de politécnica e escola unitária, defendido nesta proposta formativa, pois pressupõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual, propiciando um “[...] desenvolvimento

multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele (trabalhador) domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna” (SAVIANI, 2003, p. 140).

Por outro lado, nessa perspectiva, o Ensino Médio deve considerar o trabalho no sentido histórico, uma vez que no contexto do modo de produção capitalista, “[...] a maximização dos recursos produtivos do homem é acionada em benefício da parcela que detém a propriedade dos meios de produção, em detrimento da grande maioria, os trabalhadores, que possuem apenas sua força de trabalho (SAVIANI, 2003, p. 137). Considerando este contexto, conforme corrobora Ramos, o Ensino Médio “[...] fundamenta e justifica a formação específica para o exercício de profissões, estas entendidas como uma forma contratual socialmente reconhecida, do processo de compra e venda da força de trabalho” (RAMOS, 2008, p. 46).

No entanto, conforme Saviani (2003) coloca, a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é um produto histórico-social e, nesse sentido, considerando a origem da educação profissional no Brasil, que ocorreu numa perspectiva assistencialista (MOURA, 2007), tem-se com a educação básica, uma relação de dualidade, tal como nos coloca Ciavatta:

[...] sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção (CIAVATTA, 2005, p.4).

E é neste contexto de dualidade que as legislações educacionais vêm se apresentando ao

longo do tempo, ora reafirmando, ora formalizando seu fim. Entre os dispositivos legais, cabe destaque para o Decreto Nº 2.208/97, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que impediu a integração entre a educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio (BRASIL, 1997), cuja revogação ocorreu em 2004, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, através do Decreto Nº 5.154/2004, permitindo esta rearticulação (BRASIL, 2004). Na gênese do decreto, está a busca pelo reestabelecimento dos “[...] princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, tanto como um direito das pessoas quanto como uma necessidade do país [...]” (RAMOS, 2014, p.73), sugerindo assim, “[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 94). Neste mesmo governo, a partir da lei de criação do Institutos Federais, aumentam as perspectivas de consolidação desta política, como nos coloca Pacheco (2015), no documento que apresenta os fundamentos políticos-pedagógicos dos Institutos Federais:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal (PACHECO, 2015, p. 11).

Nosso Projeto Pedagógico Institucional corrobora neste sentido, na perspectiva de uma formação politécnica e, assim, emancipatória, “[...] a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura e das artes” (IFRS, 2011,

p. 16). No entanto, na contramão desta perspectiva de formação, tem-se observado ataques e ameaças à institucionalidade dos IF’s, como a tentativa de reprimir os processos democráticos, a exemplo das diretrizes propostas na MP Nº 914/2019, que dispôs sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II (BRASIL, 2019), e na MP Nº 979/2020, que dispôs sobre a designação de dirigentes *pro tempore* para as instituições federais, durante a pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020), ambas revogadas.

Ainda, no governo do então presidente Michel Temer (2016 a 2018), vivenciamos a aprovação da Reforma do Ensino Médio, através da lei Nº 13.415/2017 e da aprovação de uma Base Nacional Comum Curricular, na qual destaca novamente o conceito de competências, amplamente difundido na década de 90 (BRASIL, 2017). Conforme Frigotto (2004) coloca, este conceito responsabiliza os sujeitos pela sua empregabilidade, os quais devem desenvolver competências para se constituírem empregáveis. Ao refletirmos sobre o conteúdo da Reforma do Ensino Médio, constatamos que este implica em alterações significativas na organização curricular desta importante etapa da Educação Básica e, conseqüentemente, na perspectiva de formação emancipatória dos sujeitos, pois, ao justificar o protagonismo juvenil através da escolha de itinerários formativos (BRASIL, 2017), está restringindo os jovens de terem acesso a uma formação ampla, que contemple as diferentes dimensões da vida humana. Assim, a definição de itinerários formativos evidencia o pragmatismo utilitarista da proposta, pois “[...] fundamenta a escolha de apenas uma área no ensino médio, de modo a atender às trajetórias de vida e aos projetos de futuro; o conhecimento que não se articula de modo imediato ao percurso escolhido é inútil” (KUENZER, 2017, p. 346).

Somam-se a estes retrocessos e ameaças, a restrição orçamentária imposta Emenda Constitucional Nº 95, de 2016, que instituiu um novo regime fiscal, uma política de teto dos gastos que prevê, por 20 anos, a estagnação do

orçamento público (BRASIL, 2016), mas que, no entanto, não impediu o atual governo federal de investir no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares¹, cujo objetivo é implantar até o final desta gestão, 216 unidades em todo país, sendo 54 por ano. Amparado na justificativa de qualidade superior ofertada por estas instituições, frente à rede pública tradicional, atestados por índices de qualidade do ensino, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (PINHEIRO et al., 2019), desconsidera, no entanto, que a metodologia adotada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), “[...] vem prejudicando sistematicamente as escolas que adotam o EMI, aos desconsiderá-las no cálculo do IDEB dos respectivos estados, e os IFs, pela ausência de cálculo e divulgação agregada do indicador no plano federal” (VALÕES et al., 2020, p.18) e assim, conforme destacam os autores, desconsidera o desempenho satisfatório apresentado pelos Institutos Federais, com resultados superiores ao das escolas privadas.

Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico da pesquisa consistiu de levantamento e reflexão analítica de documentos relativos à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da aplicação de um questionário escala do tipo Likert aos estudantes dos cursos Técnicos Integrados em Administração e Informática. Buscou-se identificar nos seguintes documentos, a concepção de formação integrada prevista para a última etapa da Educação Básica: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), bem como nos documentos institucionais do IFRS, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do

Sul (Resolução Nº 055/2019), a Organização Didática (OD) e os Projetos Pedagógicos dos cursos (PPC's) Técnicos Integrados em Administração e Informática.

O instrumento de pesquisa aplicado, um questionário do tipo Likert, considerou as premissas contidas no PPI, na OD, nos PPC's dos referidos cursos e na Resolução IFRS Nº 055/2019. Assim, a partir de uma escala de atitudes, os estudantes manifestaram a concordância ou discordância em relação a 28 afirmações divididas em sete constructos, numa escala que variou de 1 (concordo totalmente) a 4 (discordo totalmente): Escolha do Curso, Objetivos de formação promovidos no curso, Desenvolvimento do curso, Infraestrutura do campus e trabalho dos professores e equipe do ensino, Participação dos estudantes no processo de gestão democrática da instituição, Nível de satisfação em relação à instituição e ao curso e Possibilidades de atuação profissional.

Optou-se por constituir uma amostra aleatória, a fim de se obter uma representatividade do Ensino Médio Integrado do *Campus Osório*. Desse modo, todos os estudantes foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa. Com relação às análises dos dados advindos da aplicação do instrumento de pesquisa, foram realizadas análise estatística descritiva, análise fatorial, comparações e correlações, sendo que estes dados compuseram o produto educacional, um Relatório Diagnóstico do EMI do *Campus Osório* em formato e-book, trazendo ainda, como sugestão, um Roteiro para elaboração de Relatórios Diagnósticos para aplicação em diferentes contextos nos quais o EMI se desenvolve.

Resultados e discussões

Aos considerarmos os documentos pesquisados que balizam o EMI, destaca-se uma convergência na concepção de formação integrada pretendida, pautada na defesa da superação da

¹ Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/> Acesso em: 24/02/2021.

dualidade educacional que historicamente privilegia uma formação em detrimento de outra. Desse modo, almejam constituir os sujeitos na sua integralidade, numa perspectiva emancipatória, a fim de que conscientemente e autonomamente possam agir e intervir na sociedade, modificando-a em prol das necessidades e interesses coletivos. Nesse contexto, cabe destacar nossa Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado, ao reafirmar a participação dos diferentes segmentos que compõem a instituição, e neste contexto, a relevância dos estudantes enquanto “[...] sujeitos ativos, buscando, assim, a ampliação dos espaços de escuta e atuação política destes jovens e adultos na construção do EMI” (IFRS, 2019). Ainda, sem desconsiderar o panorama social excludente no qual estamos inseridos, os documentos pesquisados assumem o compromisso com a formação profissional destes sujeitos.

Com relação ao questionário aplicado aos estudantes, durante o mês de agosto de 2019, foi possível contemplar um universo de 73,41% da população dos cursos Técnicos Integrados do *Campus* Osório, totalizando 312 respondentes, sendo 163 do curso de Administração e 149 do curso de Informática. Ao ser analisada a relação entre gênero e curso, observou-se que o curso da Administração apresentou o percentual do gênero feminino mais expressivo em relação ao do gênero masculino, 73% e 27%, respectivamente. Em contrapartida, o curso da Informática apresentou uma condição inversa, composta por 66% de estudantes do gênero masculino e 31,29% do gênero feminino.

A partir das análises realizadas nos documentos balizadores do EMI e das análises dos dados obtidos na aplicação do questionário, algumas pistas de como os estudantes compreendem o EMI podem ser apreendidas, como por exemplo, com relação à formação ofertada; concordam que esta é abrangente, inferindo-se que outros aspectos formativos foram considerados. Nesse sentido, destaca-se a concordância com relação à relevância das ações extraclasses oportunizadas, através da oferta de projetos de pesquisa, ensino e extensão, por exemplo. Ainda, mesmo não dominando os

aspectos conceituais relacionados ao EMI, os estudantes concordam que a articulação entre a formação geral e a formação técnica, são importantes para sua formação.

Entre outros aspectos, cabe destacar que a satisfação com relação à instituição e ao curso correlacionou-se positivamente com o trabalho que é desenvolvido pela equipe de ensino, pelas práticas promovidas pelos professores e pela infraestrutura do *Campus*. Sugere-se também, investigar alguns aspectos que apresentaram diferença estatística significativa entre os cursos pesquisados e entre os grupos de estudantes que trabalham e/ou estagiam daqueles que não o fazem. Desse modo, a validação do Relatório Diagnóstico, realizada por servidores que atuam em cargos de gestão de ensino no *campus*, indicou que este é um instrumento que possibilita subsidiar o trabalho das equipes Diretiva e de Ensino, sendo fonte de estudo, análise e reflexão, inclusive para os estudantes, ainda que alguns servidores tenham sinalizado a dificuldade de interpretação dos dados estatísticos apresentados, em função das especificidades inerentes da análise.

Considerações finais

A pesquisa empreendida no *Campus* Osório evidenciou a relevância de aprofundarmos os estudos e reflexões acerca do EMI, considerando os objetivos e finalidades que pautam a atuação dos Institutos Federais, a fim de fortalecer esta proposta formativa e, nessa perspectiva, a institucionalidade dos IF's, resistindo às atuais ameaças, políticas públicas educacionais e cortes orçamentários, que caminham no sentido contrário à formação integral dos sujeitos e da sua emancipação.

Nesse sentido, destaca-se a relevância em proporcionar espaços de escuta e reflexão aos diferentes sujeitos que vivenciam este processo, tal como previsto nos documentos institucionais, sendo necessário conhecer e reconhecer que o EMI se constitui no cotidiano das instituições, nas relações que se estabelecem, e nesse contexto, um diagnóstico, um retrato da realidade vivenciada, constitui-se como uma estratégia de

fortalecimento desta proposta, no sentido de subsidiar e legitimar as práticas que envolvem sua materialização.

Referências

- BRASIL, Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm impressa.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.
- Decreto Nº 5.154 de 23 julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-58/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 24 fev. 2021.
- Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 24 fev. 2021.
- Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em: 23 fev. 2021.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio**. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 fev. 2021.
- Medida Provisória Nº 914, de 24 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv914.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.
- Medida Provisória Nº 979, de 9 de junho de 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8119970&ts=1612483079914&disposition=inline> Acesso em: 24 fev. 2021.
- CIAVATTA, M. (2005). A formação integrada e escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho necessário**, v. 3, n. 3, p. 1 - 20, 6 dez. 2005. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122> Acesso em: 23 fev. 2021.
- RIGOTTO, Gaudêncio. In: BARBARA, Maristela Miranda (Org.); MIYASHIRO, Rosana (Org.); GARCIA, Sandra Regina de Oliveira (Org.). **Experiência de educação integral da CUT: práticas em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 168 p.
- GARCEZ, Eloise Bocchese. **O Ensino Médio Integrado no IFRS Campus Osório: Relações entre concepções e práticas sob a ótica dos estudantes**. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Sul-rio-Grandense, 2020.
- IFRS. Resolução nº 109, de 20 de dezembro de 2011. **Projeto Pedagógico Institucional**. Bento Gonçalves: Conselho Superior do IFRS, 2011. Disponível em: https://arquivo.ifrs.edu.br/site/midias/arquivo/s/201226102555931ppi_versao_final.pdf Acesso em: 22 fev. 2021.
- Resolução Nº 055, de 25 de junho de 2019. **Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Conselho Superior do IFRS, 2019c. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-055-de-25-de-junho-de-2019-aprovar-a-politica-institucional-para-os-cursos-de-ensino-medio-integrado-do-ifrs/> Acesso em: 22 fev. 2021.
- Pró-reitoria de Ensino (Proen). Diretoria de Assuntos Estudantis. **Plano de Permanência e Êxito do IFRS - Panorama do Campus Osório (DAE)**, XI Jornada Pedagógica do IFRS Campus Osório, 2020, 41 slides.
- KUENZER, Acácia. Trabalho e Escola: A flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200331&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 22 fev. 2021.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica:

- dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 22 fev. 2021.
16. PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 fev. 2021.
17. PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, 2019. Brasília, v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/95957>. Acesso em: 20 fev. 2021.
18. RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado à formação profissional. Seminário sobre Ensino Médio**, Natal, SEE – RN, 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-mediointegrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.
19. História e política da educação profissional. **Coleção formação pedagógica**, v.5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.
20. SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
21. VALÓES, Jaqueline Lima et al. Reflexões sobre o IDEB, ensino médio integrado e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, [S.l.], n. 49, p. 11-22, jun. 2020. ISSN 2447-9187. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/3848>. Acesso em: 24 fev. 2021.